

# Banco Mercedes-Benz

## Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

CNPJ nº 60.814.191/0001-57  
Avenida do Café, 277 - Torre A - 6º Andar - Jabaquara  
CEP: 04311-900 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas, o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

#### DESEMPENHO

Com uma demonstração de fôlego frente ao cenário imposto pela pandemia de COVID-19, o Banco Mercedes-Benz, líder em financiamento em todos os segmentos de atuação, atingiu a maior carteira de sua história em 2020.

Ao alcançar a marca de R\$ 12.656.046 mil, a instituição financeira superou em 2,13% o recorde histórico do ano anterior, de R\$ 12.392.417 mil, e estabeleceu um novo recorde para o indicador.

Outra conquista do período é o resultado de R\$ 4.756.183 mil em novos negócios, alcançando o desempenho registrado em 2014, o segundo melhor ano do Banco no país, apesar de esperada retração em comparação ao também recorde de R\$ 5.585.780 mil, alcançado em 2019.

A estratégia de digitalização de serviços e operações do Banco Mercedes-Benz, iniciada nos últimos anos, e as ações de suporte aos clientes durante o período tiveram um papel decisivo para sustentar os bons resultados.

Logo no início da pandemia, em março, a instituição lançou dois canais digitais de atendimento dedicados especialmente para suportar as necessidades de renegociação, resultando em 24% dos contratos da carteira renegociados em 2020 com agilidade e conveniência, beneficiando milhares de clientes.

Os segmentos de automóveis e vans obtiveram crescimento no volume de financiamentos frente aos números registrados em 2019.

Mantendo a tendência, o setor de vans foi o que mais cresceu percentualmente, com 6,02%, totalizando R\$ 314.929 mil, contra os R\$ 297.052 mil alcançados no ano anterior.

Na sequência, refletindo a reação do mercado automotivo, o crédito liberado para veículos de passeio chegou a R\$ 328.880 mil, o que representa aumento de 5,8%. Já os veículos comerciais acompanharam os respectivos setores econômicos, os mais afetados pela crise, e reverteram a expectativa de alta para o período.

O segmento de caminhões, que havia registrado aumento de 55,0% em 2019, fechou o ano com R\$ 2.591.872 mil de recursos liberados, ainda representando o principal negócio do Banco Mercedes-Benz.

O indicador de ônibus alcançou R\$ 1.250.313 mil em novos financiamentos em 2020.

O Banco também teve atuação relevante no mercado de usados, com um volume de R\$ 185.331 mil contratados em 2020, um salto de 12,34% em relação aos R\$ 164.975 mil obtidos em 2019.

A boa performance deve-se em grande parte à forte parceria com a *SelectTrucks*, revenda de caminhões usados da Mercedes-Benz, que ficou ainda mais relevante durante a pandemia.

#### RESULTADO

O Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. encerrou o exercício de 2020 com um lucro líquido de R\$ 152.293 mil, representando uma rentabilidade de 7,56% sobre o Patrimônio Líquido médio (2019 - lucro líquido de R\$ 290.455 mil).

#### RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A receita da intermediação financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 1.128.632 mil apresentou um crescimento de 6,25% em relação ao exercício anterior (R\$ 1.062.273 mil) e o resultado bruto da intermediação financeira encerrou o exercício com um montante de R\$ 536.278 mil (2019 - R\$ 476.098 mil) um crescimento de 12,64%.

#### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 2.052.767 mil apresentou crescimento de 3,89% em relação ao exercício anterior (2019 - R\$ 1.975.898 mil).

#### OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS

A carteira de crédito atingiu ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 12.656.046 mil (R\$ 11.761.103 mil de operações de crédito e R\$ 894.943 mil de outros créditos), ante R\$ 12.392.417 mil (R\$ 11.200.298 mil de operações de crédito e R\$ 1.192.119 mil de outros créditos) em 31 de dezembro de 2019 representando um crescimento de 2,13%.

#### ATIVOS TOTAIS

Os ativos totais atingiram ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 13.462.635 mil (2019 - R\$ 12.992.772 mil) representando um crescimento de 3,62%.

#### CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO POR AGÊNCIA DE RATING

O Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. é classificado pela Fitch Ratings agência reconhecida internacionalmente e uma das três grandes agências de classificação de risco de crédito do mundo.

O rating e as notas atribuídas refletem a qualidade de sua administração na gestão dos negócios, o desempenho operacional, solidez financeira, baixo nível de risco além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Banco está inserido.

- Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA (bra)', Perspectiva Estável;

- Rating Nacional de Curto Prazo F1+ (bra)

#### ÍNDICE DA BASEILEIA

O Banco Central do Brasil determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, conforme estabelecido pelas Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013. O índice de Adequação de Capital é calculado de forma consolidada tomando-se como base os dados do Conglomerado Prudencial - Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. e, atingiu ao final do exercício de 2020 o percentual de 15,56% (2019 - 14,09%) percentual acima do limite mínimo (PR) de 8,00%, exigido pelo Banco Central do Brasil.

#### COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., instituição líder do Conglomerado Mercedes-Benz é único para as empresas do Conglomerado Mercedes-Benz e foi constituído nos termos da Resolução nº 3.198 de 27 de maio de 2004 do Conselho Monetário Nacional e implementado no início de 2012.

É constituído por membros da diretoria do Banco e é responsável por supervisionar o Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. e a Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., em conjunto aqui denominado "Conglomerado Financeiro" além do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em I.F.R.S. do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. avaliando a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, o cumprimento das exigências legais e regulamentares os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos, bem como, a efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa.

#### COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

O Comitê de Remuneração do Banco Mercedes-Benz é composto por quatro membros cujas principais responsabilidades são: elaborar a política de remuneração dos administradores da instituição; supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores; revisar anualmente a política de remuneração de administradores, recomendando às diretorias da sociedade a sua correção ou aprimoramento; avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; analisar a política de remuneração de administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação às empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e, zelar para que a política de remuneração dos administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da instituição e com o que dispuser a lei e a regulamentação aplicável.

#### PREVENÇÃO AO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO

O Banco Mercedes-Benz conta com um programa de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro cujo objetivo é evitar o uso indevido de seus produtos e serviços em prol da intermediação de recursos oriundos de atividades ilícitas e do financiamento ao terrorismo. Para tanto possui um conjunto de políticas, processos, treinamentos e sistemas específicos que visam conhecer os seus clientes e o monitoramento de suas operações, possibilitando a identificação tempestiva de situações suspeitas ou atípicas, sua avaliação e notificação às autoridades competentes.

#### GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco Mercedes-Benz possui uma estrutura interna de *compliance* e auditoria, de modo a assegurar um ambiente operacional baseado nas melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança e transparência. O Banco está estruturado de forma a conduzir-se no caminho do crescimento sustentável, tendo como base o conjunto de normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como as políticas internas da instituição. A gestão de riscos da empresa é efetuada de forma consolidada e em conformidade com as regras e normas internas, estando a mesma segregada das unidades de negócio e auditoria interna.

#### AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao acionista, aos clientes e a rede de concessionários pela confiança e credibilidade e em especial aos nossos funcionários e colaboradores, pela dedicação e empenho que, mesmo diante de um cenário de crise, atenderam e comprometeram com o funcionamento das nossas operações possibilitando o desenvolvimento de nossos produtos e serviços e a obtenção de resultados sólidos.

São Paulo, 17 de março de 2021

A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>		<b>5.637.259</b>	<b>6.159.135</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	4	<b>394.655</b>	<b>75.651</b>
Disponibilidades		111.480	75.651
Aplicações interfinanceiras		283.175	-
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>5.181.275</b>	<b>5.979.284</b>
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5	13.053	175.858
Ativos financeiros ao custo amortizado (Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)	7	5.377.594	5.971.493
<b>Outros ativos</b>		<b>61.329</b>	<b>104.200</b>
Bens não de uso próprio	9	22.636	25.905
Despesas antecipadas		973	693
Diversos	9	51.866	93.538
(Provisões para redução ao valor recuperável de outros ativos)	9	(14.146)	(15.936)
<b>Não circulante</b>		<b>7.825.376</b>	<b>6.833.637</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>7.713.204</b>	<b>6.740.920</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>7.140.689</b>	<b>6.214.828</b>
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5	169.524	645
Ativos financeiros ao custo amortizado (Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)	7	7.278.452	6.420.924
<b>Créditos tributários</b>	8	<b>401.987</b>	<b>347.518</b>
<b>Outros ativos</b>		<b>170.528</b>	<b>178.574</b>
Despesas antecipadas		1.487	313
Diversos	9	169.041	178.261
<b>Investimentos</b>		<b>103.882</b>	<b>82.784</b>
Investimentos em participações em coligadas e controladas	10	103.869	82.771
Outros investimentos		13	13
<b>Imobilizado</b>	13	<b>8.285</b>	<b>9.917</b>
Imobilizado de uso próprio (Depreciações acumuladas)		15.193	15.299
		(6.908)	(5.382)
<b>Intangível</b>	13	<b>5</b>	<b>16</b>
Ativos intangíveis (Amortizações acumuladas)		1.679	1.679
		(1.674)	(1.663)
<b>Total do ativo</b>		<b>13.462.635</b>	<b>12.992.772</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020

	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>1.501.323</b>	<b>47.302</b>	<b>138.054</b>	<b>135</b>	<b>1.686.814</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(1.371)	(1.371)
Aumento de capital - Reserva especial	138.054	-	(138.054)	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	290.455	290.455
Destinações:					
Reserva legal	-	14.523	-	-	(14.523)
Reserva especial de lucros	-	-	275.932	-	(275.932)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.639.377</b>	<b>61.825</b>	<b>275.932</b>	<b>(1.236)</b>	<b>1.975.898</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>138.054</b>	<b>14.523</b>	<b>137.878</b>	<b>(1.371)</b>	<b>289.084</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>1.639.377</b>	<b>61.825</b>	<b>275.932</b>	<b>(1.236)</b>	<b>1.975.898</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(6.441)	(6.441)
Resultado líquido do período	-	-	-	152.293	152.293
Destinações:					
Reserva legal	-	7.615	-	-	(7.615)
Reserva especial de lucros	-	-	144.678	-	(144.678)
Dividendos pagos	-	-	(68.983)	-	(68.983)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.639.377</b>	<b>69.440</b>	<b>351.627</b>	<b>(7.677)</b>	<b>2.052.767</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>-</b>	<b>7.615</b>	<b>75.695</b>	<b>(6.441)</b>	<b>76.869</b>
<b>Saldos em 1º de julho de 2020</b>	<b>1.639.377</b>	<b>65.828</b>	<b>275.932</b>	<b>(9.907)</b>	<b>2.047.286</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	2.230	2.230
Resultado líquido do período	-	-	-	72.234	72.234
Destinações:					
Reserva legal	-	3.612	-	-	(3.612)
Reserva especial de lucros	-	-	144.678	-	(144.678)
Dividendos pagos	-	-	(68.983)	-	(68.983)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.639.377</b>	<b>69.440</b>	<b>351.627</b>	<b>(7.677)</b>	<b>2.052.767</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>-</b>	<b>3.612</b>	<b>75.695</b>	<b>2.230</b>	<b>(76.056)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>		<b>6.463.681</b>	<b>6.652.823</b>
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>		<b>6.208.652</b>	<b>6.420.223</b>
Depósitos interfinanceiros	12	2.458.319	3.094.718
Depósitos a prazo	12	523.315	1.696.723
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	12	2.081.027	320.082
Obrigações por empréstimos e repasses	12	1.135.208	1.304.704
Instrumentos financeiros derivativos	7	10.783	3.996
<b>Outros passivos</b>		<b>255.029</b>	<b>232.600</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		586	2.861
Fiscais e previdenciárias	14	152.743	126.680
Diversas	14	101.700	103.059
<b>Não circulante</b>		<b>4.946.187</b>	<b>4.364.051</b>
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>		<b>4.719.061</b>	<b>4.131.549</b>
Depósitos interfinanceiros	12	682.611	1.294.872
Depósitos a prazo	12	1.743.012	1.085.042
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	12	802.500	-
Obrigações por empréstimos e repasses	12	1.473.564	1.751.635
Instrumentos financeiros derivativos	7	17.374	-
<b>Provisões</b>	13	<b>209.459</b>	<b>212.740</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas</b>	8	<b>140</b>	<b>130</b>
<b>Outros passivos</b>		<b>17.527</b>	<b>19.632</b>
Diversas	14	11.726	10.909
Resultados de exercícios futuros	14	5.801	8.723
<b>Patrimônio líquido</b>	15	<b>2.052.767</b>	<b>1.975.898</b>
Capital social		1.639.377	1.639.377
Reservas de lucros		421.067	337.757
Outros resultados abrangentes		(7.677)	(1.236)
<b>Total do passivo</b>		<b>13.462.635</b>	<b>12.992.772</b>

(Em milhares de Reais)

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020

	Nota	2º semestre/ 2020	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>584.552</b>	<b>1.128.632</b>	<b>1.062.273</b>
Rendas com ativos financeiros ao custo amortizado	7	552.586	1.065.974	977.481
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	7	24.100	47.673	73.805
Rendas de aplicações em instrumentos financeiros	5	7.866	14.985	10.987
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(295.697)</b>	<b>(592.354)</b>	<b>(586.175)</b>
Operações de captação no mercado	12	(183.226)	(384.930)	(317.573)
Operações de empréstimos e repasses	12	(99.168)	(190.069)	(267.143)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6	(13.303)	(17.355)	(1.459)
<b>Resultado de intermediação financeira</b>		<b>288.855</b>	<b>536.278</b>	<b>476.098</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>		<b>76.525</b>	<b>143.702</b>	<b>172.341</b>
Rendas de tarifas bancárias		12.065	22.540	25.523
Resultado de participações em coligadas e controladas	10	15.554	21.098	35.065
Outras receitas operacionais	16	48.906	100.064	111.753
<b>Outras despesas operacionais</b>		<b>(131.605)</b>	<b>(237.496)</b>	<b>(238.060)</b>
Despesas de pessoal	17	(33.495)	(72.007)	(83.683)
Outras despesas administrativas	18	(60.766)	(101.515)	(104.062)
Outras despesas operacionais	19	(37.344)	(63.974)	(50.315)
<b>Provisões</b>		<b>(112.236)</b>	<b>(187.343)</b>	<b>(8.753)</b>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(122.801)	(185.414)	(15.676)
Provisões para redução ao valor recuperável de outros ativos		11.402	1.790	24.135
Provisões para contingências	13	(837)	(3.719)	(17.212)
<b>Resultado operacional</b>		<b>121.539</b>	<b>255.141</b>	<b>401.626</b>
<b>Outras receitas e despesas</b>		<b>(8.368)</b>	<b>(6.683)</b>	<b>(5.945)</b>
Resultado de transações de outros valores e bens		(8.438)	(6.942)	(6.257)
Outras receitas e despesas não operacionais		70	259	312
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>		<b>113.171</b>	<b>248.458</b>	<b>395.681</b>
<b>Tributos e participações sobre o lucro</b>	20	<b>(40.937)</b>	<b>(96.165)</b>	<b>(105.226)</b>
Provisão para imposto de renda		(28.755)	(80.695)	(75.397)
Provisão para contribuição social		(25.482)	(64.660)	(45.649)
Ativo fiscal diferido		13.300	49.190	15.820
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>72.234</b>	<b>152.293</b>	<b>290.455</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>55.466</b>	<b>55.466</b>	<b>55.466</b>
<b>Resultado líquido por ação:</b>		<b>1.302,31</b>	<b>2.745,70</b>	<b>5.236,63</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES INDIVIDUAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020

	Nota	2º semestre/ 2020	31/12/2020	31/12/2019
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>72.234</b>	<b>152.293</b>	<b>290.455</b>
<b>Outros resultados abrangentes do período</b>	15	<b>2.230</b>	<b>(6.441)</b>	<b>(1.371)</b>
<b>Itens que serão reclassificados para resultado</b>		<b>2.230</b>	<b>(6.441)</b>	<b>(1.371)</b>
Instrumentos financeiros derivativos		4.346	(11.444)	(2.537)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente		(289)	(267)	65
Efeito tributário		(1.827)	5.270	1.101
<b>Resultado abrangente do período</b>		<b>74.464</b>	<b>145.852</b>	<b>289.084</b>

# Banco Mercedes-Benz

## Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

CNPJ nº 60.814.191/0001-57  
Avenida do Café, 277 - Torre A - 6º Andar - Jabaquara  
CEP: 04311-900 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947

continuação

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS (MÉTODO INDIRETO)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	2º semestre/				2º semestre/		
	2020	31/12/2020	31/12/2019		2020	31/12/2020	31/12/2019
<b>Atividades operacionais</b>							
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações - ajustado</b>	<b>233.035</b>	<b>442.579</b>	<b>421.398</b>				
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	113.171	248.458	395.681	Redução de provisões sobre o lucro	(21.098)	(124.004)	(96.394)
<b>Ajustes do resultado antes da tributação sobre o lucro e participações:</b>	<b>119.864</b>	<b>194.121</b>	<b>25.717</b>	Aumento de outros passivos	(63.996)	(1.026)	27.689
Resultado de participações em coligadas e controladas	(15.554)	(21.098)	(35.065)	<b>Caixa líquido proveniente/aplicado em atividades operacionais</b>	<b>(49.623)</b>	<b>388.913</b>	<b>(43.492)</b>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	122.801	185.414	15.676	<b>Atividades de investimento</b>			
Provisões para redução ao valor recuperável de outros ativos	10.512	23.517	25.811	Aquisição de imobilizado de uso	(2.455)	(3.986)	(7.802)
Provisões para contingências	837	3.719	17.212	Alienação de imobilizado de uso	1.842	3.060	2.194
Depreciação e amortização	1.268	2.569	2.083	<b>Caixa líquido aplicado em atividades de investimento</b>	<b>(613)</b>	<b>(926)</b>	<b>(5.608)</b>
<b>Variação de ativos e passivos</b>	<b>(282.658)</b>	<b>(53.666)</b>	<b>(464.890)</b>	<b>Atividades de financiamento</b>			
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Aumento) em ativos financeiros ao custo amortizado	(71.830)	(6.341)	(41.032)	Pagamento de dividendos	(68.983)	(68.983)	–
Redução de outros ativos	(437.347)	(354.353)	(2.972.719)	<b>Caixa líquido proveniente/aplicado em atividades de financiamento</b>	<b>(68.983)</b>	<b>(68.983)</b>	<b>–</b>
Aumento de depósitos e demais instrumentos financeiros	29.027	74.561	17.850	<b>Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(119.219)</b>	<b>319.004</b>	<b>(49.100)</b>
	287.056	364.497	2.613.694	Caixa e equivalente de caixa no início do período	513.874	75.651	124.751
				Caixa e equivalente de caixa no fim do período	394.655	394.655	75.651
				<b>Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(119.219)</b>	<b>319.004</b>	<b>(49.100)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. ("Banco"), está organizado e autorizado a operar como Banco Múltiplo com as seguintes carteiras: (i) Arrendamento Mercantil; (ii) Crédito, Financiamento e Investimento; e, (iii) Investimento, com sede na cidade de São Paulo - SP na Avenida do Café, nº 277, 5º e 6º andares. Sua controladora final é a Daimler AG, situada em Stuttgart - Baden-Württemberg na Alemanha.

#### 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras Individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), na Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20.

#### Mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). Desta forma, o Banco realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2020 atendendo aos requerimentos da respectiva Circular Bacen, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (conforme artigo 20º da Resolução BCB nº 2/20, por entender que essa forma de apresentação proporcionarã informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas incluindo o 2º semestre de 2020; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. Apresentamos a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclatura em períodos anteriores como segue:

Classificação do COSIF	Balanço patrimonial individual - 2019		Nova classificação
	Anterior	Atual	
<b>Circulante</b>	<b>6.263.678</b>	<b>(104.543)</b>	<b>6.159.135</b>
Disponibilidades	75.651	–	75.651
Aplicações interfinanceiras de liquidez	175.858	–	175.858
Operações de crédito - operações de crédito	4.779.374	1.192.119 a	5.971.493
Outros créditos - títulos e créditos a receber	1.192.119	(1.192.119) a	–
Operações de crédito - (POCLD)	(155.259)	(12.808) b	(168.067)
Outros créditos - (POCLD)	(12.808)	12.808 b	–
Outros créditos - diversos	93.538	10.662 c	104.200
Outros valores e bens	10.662	(10.662) c	–
Outros créditos - créditos tributários de IR/CS	104.543	(104.543) d	–
<b>Realizável a Longo Prazo e Permanente</b>	<b>6.729.094</b>	<b>104.543</b>	<b>6.833.637</b>
Títulos e valores mobiliários	645	–	645
Operações de crédito - operações de crédito	6.420.924	–	6.420.924
Operações de crédito - (POCLD)	(206.741)	–	(206.741)
Outros créditos - diversos	178.261	313 e	178.574
Outros valores e bens	313	(313) e	–
Outros créditos - créditos tributários de IR/CS	242.975	104.543 d	347.518
Investimentos	82.784	–	82.784
Imobilizado de uso	9.917	–	9.917
Intangível	16	–	16
<b>Total do Ativo</b>	<b>12.992.772</b>	<b>–</b>	<b>12.992.772</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.652.823</b>	<b>–</b>	<b>6.652.823</b>
Depósitos - depósitos interfinanceiros	3.094.718	–	3.094.718
Depósitos - depósitos a prazo	1.696.723	–	1.696.723
Recursos de aceites e emissão de títulos	320.082	–	320.082
Obrigações por repasses do país	1.304.704	–	1.304.704
Instrumentos financeiros derivativos	3.996	–	3.996
Outras obrigações	232.600	–	232.600
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>4.355.328</b>	<b>8.723</b>	<b>4.364.051</b>
Depósitos - depósitos interfinanceiros	1.294.872	–	1.294.872
Depósitos - depósitos a prazo	1.085.042	–	1.085.042
Obrigações por repasses do país	1.751.635	–	1.751.635
	–	212.740 f	212.740
	–	130 f	130
Outras obrigações	223.779	(204.147) f	19.632
<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>	<b>8.723</b>	<b>(8.723)</b> f	<b>–</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.975.898</b>	<b>–</b>	<b>1.975.898</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>12.992.772</b>	<b>–</b>	<b>12.992.772</b>

Classificação do COSIF	Anterior		Atual	
	Reclassificado	Atual	Reclassificado	Atual
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>1.116.244</b>	<b>(53.971)</b>	<b>1.062.273</b>	<b>Receitas da intermediação financeira</b>
Operações de crédito	1.031.452	(53.971) g	977.481	Operações de crédito
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.987	–	10.987	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	73.805	–	73.805	Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(601.851)</b>	<b>15.676</b>	<b>(586.175)</b>	<b>Despesas da intermediação financeira</b>
Operações de captação no mercado	(317.573)	–	(317.573)	Operações de captação no mercado
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.459)	–	(1.459)	Resultado com instrumentos financeiros derivativos
Operações de empréstimos e repasses	(267.143)	–	(267.143)	Operações de empréstimos e repasses
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.676)	15.676 h	–	–
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>514.393</b>	<b>(38.295)</b>	<b>476.098</b>	<b>Resultado de intermediação financeira</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	<b>(136.903)</b>	<b>69.452</b>	<b>(67.451)</b>	<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>
Rendas de tarifas bancárias	25.523	–	25.523	Rendas de tarifas bancárias
Despesas de pessoal	(83.683)	–	(83.683)	Despesas de pessoal
Outras despesas administrativas	(103.138)	(924) g	(104.062)	Outras despesas administrativas
Despesas tributárias	(27.935)	27.935 g	–	–
Resultado de participações em coligadas e controladas	35.065	–	35.065	Resultado de participações em coligadas e controladas
Outras receitas operacionais	69.099	40.922 g	110.021	Outras receitas operacionais
Outras despesas operacionais	(51.834)	1.519 g	(50.315)	Outras despesas operacionais
	–	<b>(7.021)</b>	<b>(7.021)</b>	<b>Provisões</b>
	–	(15.676) h	(15.676)	Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
	–	24.135 i	24.135	Provisões para redução ao valor recuperável de outros ativos
	–	(15.480) g	(15.480)	Provisões para contingências
<b>Resultado operacional</b>	<b>377.490</b>	<b>24.136</b>	<b>401.626</b>	<b>Resultado operacional</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>18.191</b>	<b>(24.136)</b> i	<b>(5.945)</b>	<b>Outras receitas e despesas</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>395.681</b>	<b>–</b>	<b>395.681</b>	<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(105.226)</b>	<b>–</b>	<b>(105.226)</b>	<b>Tributos e participações sobre o lucro</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>290.455</b>	<b>–</b>	<b>290.455</b>	<b>Resultado líquido do exercício</b>

A Diretoria autorizou em 17 de março de 2021 a conclusão dos trabalhos de elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais.

#### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/20, considera-se resultado não recorrente o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota Explicativa nº 21.

##### b. Estimativas contábeis

As Demonstrações Financeiras Individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de crédito para determinação da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários e da provisão para contingências e do valor justo das operações com instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das Demonstrações Financeiras.

##### c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por ativos financeiros com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

##### d. Instrumentos financeiros

O Banco classifica e mensura seus títulos e valores mobiliários conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068/01, entretanto com a finalidade de ter uma maior aderência ao IFRS, nas Demonstrações Financeiras Individuais, o Banco apresentou de acordo com as classificações abaixo:

**Custo amortizado** - Um instrumento financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado caso seja mantido em um modelo de negócio cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam pagamentos somente de principal e juros.

**Valor justo por meio de outros resultados abrangentes** - Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio de outros resultados abrangentes caso ele satisfaça ao critério de somente principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais

quanto pela venda do ativo financeiro.

**Valor justo por meio do resultado** - Todos os outros ativos financeiros são classificados ao Valor Justo por meio do Resultado. Além disso, uma entidade pode, no reconhecimento inicial, designar de maneira irrevogável um ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, ela elimina ou reduz significativamente um descaçamento contábil que surgiria de outro modo.

##### e. Instrumentos financeiros derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações nas taxas de juros de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e estão classificados, de acordo com a sua natureza, na categoria de *hedge* de fluxo de caixa.

Nesta categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição.

Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor de mercado, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", destacad do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que forem descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecerem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido será reconhecida de forma linear no resultado pelo período a decorrer da operação.

##### f. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil (BACEN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda), bem como a

classificação das operações com atraso superior ou igual a 15 dias como operações em curso anormal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações de crédito com prazo a decorrer superior a 3 anos, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. O Banco optou por não adotar a contagem em dobro das operações de crédito com prazo a decorrer superior a 3 anos. As rendas das operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 7. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN nº 4.791/20, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativas de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização é válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 30 de setembro de 2020.

##### g. Investimentos

O investimento em empresa controlada está avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

##### h. Imobilizado

Registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas anuais, considerando a expectativa de vida útil econômica dos bens (instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, veículos e sistemas de processamento de dados - 20%).

##### i. Intangível

Registrados ao custo de aquisição os gastos com desenvolvimento de softwares são amortizados às taxas de 20% ao ano, que considera a vida útil dos ativos intangíveis.

##### j. Provisões

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

A probabilidade de perda das contingências é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobremaneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à atualização frequente e a alterações.

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa.

**Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são apenas divulgados em nota explicativa.

**Obrigações legais** - Estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

##### k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda. Para contribuição social são calculadas com base na alíquota de 20% e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para contribuição social (conforme Artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituída a 20%).

De janeiro a novembro de 2019, a alíquota para a contribuição social foi de 15%, conforme norma vigente da época. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 do BACEN e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

##### l. Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

**Despesas antecipadas** - São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

**Resultado de exercícios futuros** - Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

**Provisões para redução ao valor recuperável de outros ativos** - A entidade avalia o fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

# Banco Mercedes-Benz

## Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

CNPJ nº 60.814.191/0001-57  
Avenida do Café, 277 - Torre A - 6º Andar - Jabaquara  
CEP: 04311-900 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947

continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

#### Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de riscos, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

O risco de liquidez é definido pela:

• Possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

• Possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

#### a. Composição da carteira de derivativos

##### Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros contra a exposição ao risco de variações na taxa de juros variável (CDI), o Banco adquiriu contrato de *swap* no mercado de balcão, registrado na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

Swap	Local de negociação	2020			2019		
		Valor de referência	Valor de contratual	Valor justo	Valor de referência	Valor de contratual	Valor justo
Posição Ativa - DI	Balcão -	3.017.000	3.040.400	3.048.740	8.340	300.000	310.103
Posição Passiva - Pré	Instituições financeiras	(3.017.000)	(3.054.576)	(3.076.897)	(22.321)	(300.000)	(311.562)
<b>Diferencial a pagar</b>		<b>-</b>	<b>(14.176)</b>	<b>(28.157)</b>	<b>(13.981)</b>	<b>-</b>	<b>(1.459)</b>

Vencimento em dias	2020			2019		
	Até 90	90 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor justo	
Swap - Diferencial a pagar	(3.771)	(3.035)	(3.976)	(17.375)	(28.157)	

Swap - Diferencial a pagar	2019		
	Valor presente	Provisão	Valor presente
	-	(3.996)	-

#### b. Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

Hedge de fluxo de caixa	Instrumento financeiro	2020			2019		
		Valor de referência	Parcela efetiva acumulada	Parcela inefetiva acumulada	Valor de referência	Parcela efetiva acumulada	Parcela inefetiva acumulada
Instrumento de <i>hedge</i>	Swap - DI x Pré	3.017.000	(14.176)	(13.981)	300.000	(1.459)	(2.537)
	Letras financeiras - Pós	(454.000)	(4.086)	-	(300.000)	(10.735)	-
	Depósitos a prazo	(200.000)	(88)	-	-	-	-
Item objeto de <i>hedge</i>	Depósitos Interfinanceiros	(200.000)	(4.609)	-	-	-	-
	Depósitos a prazo com garantia especial	(603.000)	(11.905)	-	-	-	-
	Letras financeiras com garantia - Pós	(1.560.000)	(14.670)	-	-	-	-

#### 7. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO E PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

##### a. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, por diversificação e por produto

Produto	2020		2019	
	Valor presente	Provisão	Valor presente	Provisão
<b>Empréstimos</b>	<b>372.598</b>	<b>(161.266)</b>	<b>274.116</b>	<b>(107.560)</b>
Capital de giro	372.598	(161.266)	274.054	(107.559)
Empréstimo pessoal	-	-	62	(1)
<b>Financiamentos</b>	<b>11.388.505</b>	<b>(344.754)</b>	<b>10.926.182</b>	<b>(254.440)</b>
CDC	8.014.675	(189.539)	6.380.358	(107.718)
Finame pós-fixado	1.827.300	(63.856)	2.198.948	(48.629)
<i>Floorplan</i> <sup>1</sup>	825.035	(33.127)	1.547.655	(74.570)
Finame prefixado	479.508	(13.652)	561.733	(20.993)
Refrota	237.958	(44.282)	231.682	(2.170)
CDC serviços	4.029	(298)	5.806	(360)
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>894.943</b>	<b>(10.639)</b>	<b>1.192.119</b>	<b>(12.808)</b>
<b>Total</b>	<b>12.656.046</b>	<b>(516.659)</b>	<b>12.392.417</b>	<b>(374.808)</b>

<sup>1</sup> Refere-se a operações de financiamentos que visam viabilizar a aquisição de veículos pelas concessionárias autorizadas, junto a Mercedes-Benz do Brasil Ltda.

##### b. Resultado com operações de crédito e operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

Rendas com ativos financeiros ao custo amortizado	2º semestre/20		
	2020	2019	2018
Empréstimos	552.586	1.065.974	977.481
Financiamentos	18.061	33.274	41.757
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	534.525	1.032.700	935.724
Títulos e créditos a receber	24.100	47.673	73.805
<b>Total</b>	<b>576.686</b>	<b>1.113.647</b>	<b>1.051.286</b>

##### c. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco e segregado por créditos em curso normal e anormal

Nível de risco	2020								
	Curso normal				Curso anormal				Total
	% provisão mínima requerida	Valor presente	Provisão requerida	Provisão adicional <sup>1</sup>	Valor presente	Provisão requerida	Provisão adicional <sup>1</sup>	Valor presente	Provisão
AA	0%	558.272	-	-	-	-	-	558.272	-
A	0,50%	6.944.908	(34.725)	(11.807)	-	-	-	6.944.908	(46.532)
B	1%	3.792.045	(37.920)	(12.893)	14.631	(146)	(50)	3.806.676	(51.009)
C	3%	676.508	(20.295)	(6.833)	43.404	(1.302)	(438)	719.912	(28.868)
D	10%	100.343	(10.034)	(3.372)	28.330	(2.833)	(952)	128.673	(17.191)
E	30%	145.624	(43.687)	(14.665)	24.768	(7.430)	(2.495)	170.392	(68.277)
F	50%	10.150	(5.075)	(1.704)	5.600	(2.800)	(940)	15.750	(10.519)
G	70%	249.383	(174.568)	(58.605)	15.225	(10.658)	(3.577)	264.608	(247.408)
H	100%	6.841	(6.841)	-	40.014	(40.014)	-	46.855	(46.855)
<b>Total</b>		<b>12.484.074</b>	<b>(333.145)</b>	<b>(109.879)</b>	<b>171.972</b>	<b>(65.183)</b>	<b>(8.452)</b>	<b>12.656.046</b>	<b>(516.659)</b>
<b>% sobre o total do risco</b>									<b>4,08%</b>

<sup>1</sup> A provisão adicional é constituída considerando o nosso modelo de provisionamento, que é baseado em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, e na experiência da Administração, de modo a refletir a nossa expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos.

Nível de risco	2019								
	Curso normal				Curso anormal				Total
	% provisão mínima requerida	Valor presente	Provisão requerida	Provisão adicional	Valor presente	Provisão requerida	Provisão adicional	Valor presente	Provisão
AA	0%	562.023	-	-	-	-	-	562.023	-
A	0,50%	7.392.531	(36.963)	-	-	-	-	7.392.531	(36.963)
B	1%	2.938.682	(29.392)	-	19.028	(190)	-	2.957.710	(29.582)
C	3%	763.038	(22.891)	-	58.445	(1.753)	-	821.483	(24.644)
D	10%	142.039	(14.204)	-	40.287	(4.029)	-	182.326	(18.233)
E	30%	181.246	(54.374)	-	11.975	(3.592)	-	193.221	(57.966)
F	50%	4.553	(2.276)	-	3.627	(1.813)	-	8.180	(4.089)
G	70%	235.296	(164.707)	-	3.410	(2.387)	-	238.706	(167.094)
H	100%	3.210	(3.210)	-	33.027	(33.027)	-	36.237	(36.237)
<b>Total</b>		<b>12.222.618</b>	<b>(328.017)</b>	<b>-</b>	<b>169.799</b>	<b>(46.791)</b>	<b>-</b>	<b>12.392.417</b>	<b>(374.808)</b>
<b>% sobre o total do risco</b>									<b>3,02%</b>

##### d. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas por diversificação e por setor econômico

Nível de risco	2020					
	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoas físicas	Valor presente	Provisão
AA	30.545	122.308	338.544	66.875	558.272	-
A	143.244	1.762.921	4.768.449	270.293	6.944.907	(46.531)
B	32.202	632.536	3.023.043	118.896	3.806.677	(51.009)
C	3.397	39.406	654.467	22.642	719.912	(28.868)
D	167	11.991	110.887	5.628	128.673	(17.191)
E	16.265	15.665	134.723	3.739	170.392	(68.277)
F	711	1.413	11.186	2.440	15.750	(10.519)
G	-	102.010	160.007	2.591	264.608	(247.408)
H	293	9.451	31.293	5.818	46.855	(46.855)
<b>Total</b>	<b>226.824</b>	<b>2.697.701</b>	<b>9.232.599</b>	<b>498.922</b>	<b>12.656.046</b>	<b>(516.659)</b>

  

Nível de risco	2019					
	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoas físicas	Valor presente	Provisão
AA	39.811	131.429	334.430	56.353	562.023	-
A	96.081	1.564.571	5.471.116	260.763	7.392.531	(36.963)
B	30.717	1.127.521	1.702.779	96.693	2.957.710	(29.582)
C	32.746	513.947	249.999	24.791	821.483	(24.644)
D	1.087	26.819	150.557	3.863	182.326	(18.233)
E	18.313	12.522	161.505	881	193.221	(57.966)
F	341	1.444	6.055	340	8.180	(4.089)
G	9.493	139.023	89.613	577	238.706	(167.094)
H	781	5.192	27.611	2.653	36.237	(36.237)
<b>Total</b>	<b>229.370</b>	<b>3.522.468</b>	<b>8.193.665</b>	<b>446.914</b>	<b>12.392.417</b>	<b>(374.808)</b>

##### e. Concentração da carteira de crédito

	2020		2019	
	Valor presente	Proporção (%)	Valor presente	Proporção (%)
10 maiores devedores	1.811.177	14,31%	2.704.066	21,82%
20 maiores devedores	2.621.147	20,71%	3.668.871	29,61%
50 maiores devedores	4.044.847	31,96%	5.247.304	42,34%
100 maiores devedores	5.456.702	43,12%	6.646.153	53,63%

Para o cálculo de concentração máxima, definida pelo Banco Central do Brasil, de maiores clientes é utilizada a carteira total do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A. (Nota 23e).

##### f. Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento de parcelas:

Vencidas:	2020		2019	
	Valor presente	Proporção (%)	Valor presente	Proporção (%)
Até 90 dias	22.148	27,493	22.148	27,493
91 a 360 dias	10.116	10,145	10.116	10,145
<b>A vencer:</b>	<b>12.623.782</b>	<b>100,000</b>	<b>12.354.779</b>	<b>100,000</b>
Até 90 dias	1.858.402	2,092,436	1.858.402	2,092,436
91 a 360 dias	3.486.928	3,841,419	3.486.928	3,841,419
Acima de 360 dias	7.278.452	6,420,924	7.278.452	6,420,924
<b>Total</b>	<b>12.656.046</b>	<b>100,000</b>	<b>12.392.417</b>	<b>100,000</b>

#### g. Movimentação das contas de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e créditos baixados como prejuízo

	2020	2019
<b>Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>374.808</b>	<b>394.861</b>
Saldo inicial	185.414	15.676
Constituição de provisão	(43.563)	(35.729)
Baixa de créditos compensados contra provisão	516.659	374.808

	2020	2019
<b>Créditos baixados como prejuízo<sup>1</sup></b>	<b>281.538</b>	<b>299.386</b>
Saldo inicial	43.563	35.729
Operações registradas como prejuízo	(20.629)	(32.426)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(32.367)	(21.545)
Descontos concedidos	40	394
Outras movimentações	272.145	281.538

<sup>1</sup> As operações de créditos baixadas para prejuízo são registradas em contas de compensação.

Os créditos renegociados totalizaram R\$ 6.870.956 no exercício de 2020 (R\$ 394.940 no exercício de 2019). A Administração considera como renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. Os montantes renegociados no exercício de 2020 incluem renegociações ocorridas com a finalidade de mitigar os efeitos da pandemia de COVID-19, que passaram a ocorrer a partir de março de 2020, mais informações das ações realizadas pelo Banco podem ser verificadas na nota explicativa nº 24.

#### 8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre adições temporárias, constituídos à alíquota de 25% para imposto de renda e de 20% para a contribuição social.

As diferenças temporárias são decorrentes das despesas referentes à provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, provisão para bens não de uso próprio e todas outras indedutíveis temporariamente na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

##### a. Origem e natureza dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2020			2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	161.985	129.587	291.572	125.901	100.623	226.524
Provisão para desvalorização de bens não de uso	3.536	2.829	6.365	3.984	3.187	7.171
Provisão para contingências fiscais	23.004	18.403	41.407	23.004	18.40	

# Banco Mercedes-Benz

## Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

CNPJ nº 60.814.191/0001-57

Avenida do Café, 277 - Torre A - 6º Andar - Jabaquara

CEP: 04311-900 - São Paulo - SP

Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947

continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

#### 12. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

##### a. Composição de depósitos e demais instrumentos financeiros

Instrumento	Contraparte	Indexador	Remuneração	Valor da operação		Custo atualizado	
				2020	2019	2020	2019
Depósitos Interfinanceiros	Instituição Financeira	Pós-fixado	de 105,5% até 133% do CDI	400.000	668.000	404.708	668.661
		Prefixado	de 5,04% a.a. até 8,11% a.a.	2.590.000	3.655.000	2.736.222	3.720.929
<b>Total de depósitos interfinanceiros</b>				<b>2.990.000</b>	<b>4.323.000</b>	<b>3.140.930</b>	<b>4.389.590</b>
Depósitos a prazo	Fundos	Pós-fixado	de 104% até 180% do CDI	100.000	486.200	103.145	486.567
			1,25% a.a. + CDI	200.000	–	200.313	–
	Ligadas	de 101,5% do CDI	33.189	38.000	34.863	38.832	
	Pessoa Jurídica	de 95% até 100% do CDI	774.918	881.345	800.518	925.194	
		Prefixado	de 5,72% a.a. até 7,32% a.a.	286.567	1.281.787	307.138	1.331.172
			de 1,55% a.a. até 1,65% a.a.	454.400	–	463.829	–
Depósitos a prazo com garantia especial	Fundos	Pós-fixado	+ CDI	–	–	–	–
	Instituição Financeira	Prefixado	0,38% a.a. + CDI	150.000	–	151.699	–
	Instituição Financeira	Prefixado	4,75% a.a.	200.000	–	204.822	–
<b>Total de depósitos a prazo</b>				<b>2.199.074</b>	<b>2.687.332</b>	<b>2.266.327</b>	<b>2.781.765</b>
Letras financeiras	Instituição Financeira	Pós-fixado	103% do CDI	–	300.000	–	320.082
			1,25% a.a. + CDI	304.000	–	305.016	–
	Fundos	2,00% a.a. + CDI	150.000	–	153.070	–	
	Instituição Financeira	Prefixado	5,7% a.a. até 6,58% a.a.	336.000	–	344.414	–
Letras financeiras com garantia especial	Banco Central	Pós-fixado	0,6% a.a. + CDI	2.060.000	–	2.081.027	–
<b>Total de recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares</b>				<b>2.850.000</b>	<b>300.000</b>	<b>2.883.527</b>	<b>320.082</b>
Finame	BNDES	Pós-fixado	de 3,12% a.a. até 5,51% a.a.	–	–	–	–
			+ TLP	1.047.648	986.793	1.165.279	1.086.423
			de 6,29% a.a. até 9,60% a.a.	–	–	–	–
			+ TJLP	387.785	700.146	508.039	869.085
			de 1,78% a.a. até 16,64% a.a.	107.465	180.247	149.393	236.016
			+ TJLP + SELIC	–	–	–	–
			de 6,76% a.a. até 9,26% a.a.	49.028	66.979	56.802	73.533
			+ TLP + SELIC	–	–	–	–
		Prefixado	de 0,00% a.a. até 19,79% a.a.	425.473	454.148	485.141	559.635
Refrota	CEF	Pós-fixado	de 6,60% a.a. até 7,38% a.a.	216.068	215.855	244.118	231.647
			+ TR	–	–	–	–
<b>Total de obrigações por empréstimos e repasses</b>				<b>2.233.467</b>	<b>2.604.168</b>	<b>2.608.772</b>	<b>3.056.339</b>
<b>Total</b>				<b>10.272.541</b>	<b>9.914.500</b>	<b>10.899.556</b>	<b>10.547.776</b>

Os depósitos e as letras financeiras estão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

##### b. Composição de depósitos e demais instrumentos financeiros por faixas de vencimentos

	2020				
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos interfinanceiros	1.411.557	–	1.046.762	682.611	3.140.930
Depósitos a prazo	295.354	121.126	106.835	1.743.012	2.266.327
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	–	1.013.877	1.067.150	802.500	2.883.527
Obrigações por empréstimos e repasses	316.503	200.358	618.347	1.473.564	2.608.772
<b>Total</b>	<b>2.023.414</b>	<b>1.335.361</b>	<b>2.839.094</b>	<b>4.701.687</b>	<b>10.899.556</b>
					<b>2019</b>
Depósitos interfinanceiros	869.382	645.769	1.579.567	1.294.872	4.389.590
Depósitos a prazo	555.260	581.486	559.977	1.085.042	2.781.765
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	–	–	320.082	–	320.082
Obrigações por empréstimos e repasses	361.474	340.104	603.126	1.751.635	3.056.339
<b>Total</b>	<b>1.786.116</b>	<b>1.567.359</b>	<b>3.062.752</b>	<b>4.131.549</b>	<b>10.547.776</b>

##### c. Resultado com depósitos e demais instrumentos financeiros

	2º semestre/2020	2020	2019
<b>Operações de captação no mercado</b>	<b>(183.226)</b>	<b>(384.930)</b>	<b>(317.573)</b>
Despesas de depósitos interfinanceiros	(109.747)	(240.832)	(169.048)
Despesas de depósitos a prazo	(37.683)	(96.694)	(102.606)
Despesas de recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	(33.526)	(43.578)	(37.859)
Despesas de dívidas subordinadas	–	–	(5.863)
Despesa de contribuição ao fundo garantidor de créditos	(2.270)	(3.826)	(2.197)
<b>Operações de empréstimos e repasses</b>	<b>(99.168)</b>	<b>(190.069)</b>	<b>(267.143)</b>
Despesa de repasses - Finame	(91.061)	(173.628)	(255.519)
Despesa de repasses - Refrota	(8.107)	(16.441)	(11.624)
<b>Total</b>	<b>(282.394)</b>	<b>(574.999)</b>	<b>(584.716)</b>

#### 13. PROVISÕES

O Banco e sua controlada são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

##### a. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência passada referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2020		2019	
	Provisões	Depósitos	Provisões	Depósitos
Trabalhistas <sup>1</sup>	40.868	763	42.239	739
Cíveis <sup>2</sup>	10.431	1.616	14.945	2.359
Outras	–	–	92	92
Fiscais <sup>3</sup>	158.160	158.209	155.464	155.536
Federais	158.160	158.209	155.464	155.513
COFINS	136.052	136.052	133.732	133.732
PIS	22.108	22.108	21.732	21.732
INSS	–	49	–	49
Municipais - ISS	–	–	–	23
<b>Total de provisões de contingências</b>	<b>209.459</b>	<b>160.588</b>	<b>212.740</b>	<b>158.726</b>

<sup>1</sup> Referem-se à provisão para processos movidos, em sua grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve substancialmente indenizações, horas extras, adicional de função, equiparação salarial bem como seus reflexos.

<sup>2</sup> Referem-se a ações judiciais de caráter indenizatório por dano material e/ou moral e revisionais a questionamentos dos clientes nas cláusulas contratuais das operações de crédito e multas e IPVA não pagos.

<sup>3</sup> Referem-se, a provisão com: a) PIS sobre as receitas não decorrentes da prestação de serviços; b) COFINS sobre as receitas não decorrentes da prestação de serviços.

##### b. Movimentação das provisões

	2020					
	Saldo inicial	Atualização	Adições	Reversões	Realização	Saldo final
Trabalhistas	42.239	4.765	5.316	(6.029)	(5.423)	40.868
Cíveis	14.945	256	1.730	(5.015)	(1.485)	10.431
Outras	92	–	–	–	(92)	–
Fiscais - federais	155.464	2.696	–	–	–	158.160
COFINS	133.732	2.320	–	–	–	136.052
PIS	21.732	376	–	–	–	22.108
INSS expatriados	231	–	–	–	(231)	–
<b>Total</b>	<b>212.740</b>	<b>7.717</b>	<b>7.046</b>	<b>(11.044)</b>	<b>(7.000)</b>	<b>209.459</b>
						<b>2019</b>
Trabalhistas	42.839	4.719	15.296	(9.651)	(10.964)	42.239
Cíveis	16.318	580	2.497	(1.667)	(2.783)	14.945
Outras	92	–	–	–	–	92
Fiscais - federais	150.257	5.438	–	–	(231)	155.464
COFINS	129.055	4.677	–	–	–	133.732
PIS	20.971	761	–	–	–	21.732
INSS expatriados	231	–	–	–	(231)	–
<b>Total</b>	<b>209.506</b>	<b>10.737</b>	<b>17.793</b>	<b>(11.318)</b>	<b>(13.978)</b>	<b>212.740</b>

##### c. Contingências ativas e passivas não provisionadas

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil (BACEN), as contingências passivas relevantes avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de riscos possíveis, não reconhecidas contabilmente conforme abaixo:

	2020	2019
Processos de natureza:		
Litígios fiscais e tributários <sup>1</sup>	11.677	16.583
Cíveis <sup>2</sup>	1.014	1.128
Trabalhistas <sup>3</sup>	479	479
<b>Total</b>	<b>13.170</b>	<b>18.190</b>

<sup>1</sup> Referem-se, basicamente a questões tributárias envolvendo Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$ 9.866 no exercício de 2020 (R\$ 14.867 no exercício de 2019) e autos de infração da Receita Federal referente à desmutualização das ações CETIP referente ao exercício de 2008 no montante de R\$ 1.791 no exercício de 2020 (R\$ 1.716 no exercício de 2019).

<sup>2</sup> Referem-se a ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.

<sup>3</sup> Referem-se à provisão para processos movidos, em sua grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve substancialmente indenizações, horas extras, adicional de função, equiparação salarial bem como seus reflexos.

##### d. Resultado com provisões

	2º semestre/2020	2020	2019
Provisão para contingências trabalhistas	(4.086)	(4.052)	(10.364)
Provisão para contingências cíveis	4.197	3.029	(1.410)
Provisão para contingências fiscais	(948)	(2.696)	(5.438)
<b>Total</b>	<b>(837)</b>	<b>(3.719)</b>	<b>(17.212)</b>

#### 14. OUTROS PASSIVOS

##### a. Fiscais e previdenciárias

	2020	2019
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	147.582	121.024
Encargos trabalhistas a recolher	2.132	2.688
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros a recolher	173	220
Outros impostos e contribuições a recolher	2.856	2.748
<b>Total</b>	<b>152.743</b>	<b>126.680</b>

##### b. Diversos

	2020	2019
<b>Circulante</b>	<b>101.700</b>	<b>103.059</b>
Aquisição de recebíveis a pagar - AoR	38.810	14.612
Cobrança de operações de créditos a processar	2.934	8.266
Provisão para despesas de pessoal	18.265	27.347
Outras despesas administrativas	9.928	19.557
Provisão de desconto de duplicatas liquidadas antecipadamente	11.036	9.274
Seguros a processar	8.446	8.433
Outros pagamentos	12.281	8.058
Operações de crédito a pagar	–	7.512
<b>Não circulante</b>	<b>11.726</b>	<b>10.909</b>
Provisão para despesas de pessoal	11.726	10.909
<b>Total</b>	<b>113.426</b>	<b>113.968</b>

##### c. Resultados de exercícios futuros

Composto por subsídios recebidos da Mercedes-Benz do Brasil Ltda. referentes a "contrato de equalização de taxas de juros" das operações de repasses do BNDES Finame PSI e por campanhas de estímulo e incremento das vendas de veículos de fabricação da montadora por valores considerados suficientes para remunerar adequadamente as operações efetuadas pelo Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., no montante de R\$ 5.801 no exercício de 2020 (R\$ 8.723 no exercício de 2019) que são apropriados ao resultado pelo prazo contratual na rubrica "Operações de Crédito", no montante de R\$ 10.001 no exercício de 2020 (R\$ 14.638 no exercício de 2019).

#### 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a. Capital social

O capital social é representado por 55.466 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

##### b. Reservas de lucros

A conta reserva de lucros do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. é composta por reserva legal e reserva especial de lucros. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

Reserva legal - Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, que não poderá exceder a 20% do capital social.

##### c. Ajuste a valor de mercado

O saldo de ajuste a valor de mercado corresponde à atualização dos títulos privados disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos, líquidos dos efeitos tributários.

	2020			2019		
	Ajuste	Efeito fiscal	Total	Ajuste	Efeito fiscal	Total
<b>Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>						
Saldo Inicial	290	(131)	159	225	(90)	135
Mutações do período	(267)	120	(147)	65	(41)	24
<b>Saldo final</b>	<b>23</b>	<b>(11)</b>	<b>12</b>	<b>290</b>	<b>(131)</b>	<b>159</b>
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>						
Saldo Inicial	(2.537)	1.142	(1.395)	–	–	–
Mutações do período	(11.444)	5.150	(6.294)	(2.537)	1.142	(1.395)
<b>Saldo final</b>	<b>(13.981)</b>	<b>6.292</b>	<b>(7.689)</b>	<b>(2.537)</b>	<b>1.142</b>	<b>(1.395)</b>
<b>Total</b>	<b>(2.247)</b>	<b>1.011</b>	<b>(1.236)</b>	<b>225</b>	<b>(90)</b>	<b>135</b>
Saldo Inicial	(11.711)	5.270	(6.441)	(2.472)	1.101	(1.371)
<b>Saldo final</b>	<b>(13</b>					

# Banco Mercedes-Benz

## Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

CNPJ nº 60.814.191/0001-57

Avenida do Café, 277 - Torre A - 6º Andar - Jabaquara

CEP: 04311-900 - São Paulo - SP

Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Descrição	2019					Total
	Controladas - direta no país <sup>1</sup>	Controladora - direta no país <sup>2</sup>	Controladoras - indiretas no exterior <sup>3</sup>	Coligadas no país/exterior <sup>4</sup>	Outras <sup>5</sup>	
Receitas de subsídios <sup>6</sup>	–	–	–	–	87.151	87.151
Recuperação de encargos e despesas <sup>7</sup>	438	–	–	4.244	–	4.682
Operações de captação no mercado	–	–	–	–	(5.863)	(5.863)
Despesas de prestação de serviços <sup>8</sup>	–	–	–	(497)	(326)	(823)
Despesa de processamento de dados	–	–	(1.506)	–	–	(1.506)
Despesas de pessoal	–	–	–	(580)	–	(580)
Despesas de comissão de fiança	–	–	(5.607)	–	–	(5.607)

<sup>1</sup> Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

<sup>2</sup> Daimler Mobility Brasil Holding S.A.

<sup>3</sup> Daimler AG e Daimler Mobility AG

<sup>4</sup> Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda., Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda. e Mercedes-Benz Companhia Financiera Argentina S.A.

<sup>5</sup> Mercedes-Benz do Brasil Ltda.

<sup>6</sup> Subsídios da Mercedes-Benz do Brasil Ltda. - referem-se à equalização de taxa de juros das operações de créditos no montante de R\$ 9.920 no exercício de 2020 (R\$ 14.638 no exercício de 2019) e operações de *Floorplan* no montante de R\$ 37.773 no exercício de 2020 (R\$ 72.513 no exercício de 2019), apropriados ao resultado pelo prazo do contrato.

<sup>7</sup> Recuperação de encargos e despesas - referem-se a instrumento particular de compartilhamento e reembolso de despesas e outras avenças.

<sup>8</sup> Referem-se a prestação de serviços de consultoria e assessoria em operações e atividades correlatas aos mercados financeiros e de capitais.

### c. Operações de crédito

Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

• As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.

• O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:

– 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e

– 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

### 23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

A gestão de riscos do Banco é efetuada de forma consolidada e em conformidade com as regras do Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, estando a mesma segregada das unidades de negócio e auditoria interna.

Estão contemplados os seguintes riscos:

#### a. Operacional e cibernético

Em consonância com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, a estrutura de gerenciamento de riscos operacionais instituída é compatível com o porte da instituição.

As áreas de negócio, através de seus gestores, executam constantemente as atividades relativas a Gerenciamento do Risco Operacional. A governança do risco operacional é efetuada pelo departamento de *Compliance & Governance*, com a supervisão do Comitê de Risco, que é responsável pela aprovação da política, dos procedimentos, da estrutura e da metodologia a ser utilizada, sempre zelando pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos do Conglomerado.

A metodologia utilizada para gestão de risco operacional contempla as seguintes fases:

- Entendimento de processo;
- Identificação de riscos e controles;
- Sugestões de novos controles e planos de ação;
- Testes de controles;
- Monitoramento.

O Conglomerado Prudencial optou pela metodologia de abordagem pelo indicador básico para o cálculo de alocação de capital.

Para fazer face à segurança cibernética, foram implementadas medidas abrangentes para reduzir o risco de ameaças que afetam nossas plataformas tecnológicas e de negócios. O Conglomerado considerou as melhores práticas estabelecidas no padrão ISO-27001 como base para o modelo. Tais medidas incluem, mas não se limitam a acesso e gerenciamento de privilégios, separação de ambientes de teste e produção, análise de segurança de rede, gerenciamento de incidentes, configuração básica de hardware e software, correlação de log de atividades e prevenção e remediação de *malware*.

#### b. Mercado e liquidez

Em atendimento a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil foi instituída estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez compatível com o porte do Conglomerado.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é centralizada e independente e está sob a responsabilidade da Gerência de Riscos, estando segregada das unidades de execução e de auditoria.

Com o intuito de controlar a estratégia adotada pela organização foi instituído um Comitê específico que, aprova políticas, procedimentos, estrutura e limites operacionais com objetivo de controlar a estratégia adotada pela organização, alinhando-a com os requerimentos da matriz (Daimler AG), Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.

A metodologia de controle de exposição aos riscos inclui:

- Cálculo e acompanhamento da evolução do EVE (*Economic Value of Equity*);
- Testes de estresse de mercado;
- Projeção diária de caixa 120 dias;
- Projeção de encerramento mensal de caixa (Cashflow 12 months);
- “Gap analysis”- estratégia de descasamento entre ativo e passivo;
- Concentração de linhas de captação de recursos (exceto BNDES);
- Testes de estresse de liquidez;
- Outros.

#### c. Crédito

Em atendimento a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, foi instituída estrutura de gerenciamento de riscos de crédito compatível com o porte da instituição.

Para medir, monitorar e mitigar a exposição a riscos de crédito, o Conglomerado tem adotado um processo de gestão que envolve a contínua e integrada análise da evolução da carteira de crédito, arrendamento e outros compromissos assumidos. Além disso, mensalmente, reuniões e comitês específicos tratam os riscos existentes, discute e define estratégias baseadas nos cenários históricos e atuais, com base na evolução dos mercados, visando antecipar ações e mudanças que forem necessárias para mitigar os riscos associados aos nossos negócios, sejam estas ações em gestão, sistemas ou políticas. Estas reuniões envolvem a Diretoria e outros gestores de áreas diversas, que juntos alinham os processos e contribuem para uma gestão mais integrada do risco de crédito.

CHRISTIAN HENDRIK SCHUELER

Diretor-Presidente

Diego Fernando Marín

Diretor

Diego Julio Novellino

Diretor

Marcelo Festucia

Diretor

Tatiana Yokayama e Silva

Diretora

Renato Hideo Watanabe

CRF 1SP 119899/O-8

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO DE 2020

O Comitê de Auditoria do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. (Comitê), instituição líder do Conglomerado Prudencial do Banco Mercedes-Benz, é responsável por supervisionar o Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. e Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., em conjunto aqui denominado “Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil” e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em I.F.R.S. do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. avaliando a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras do Conglomerado, verificando o cumprimento das exigências legais e regulamentares e a efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes.

O Comitê aborda questões exercidas sobre um conjunto de políticas e procedimentos que objetivam aderência a dispositivos legais e regulamentares; recomendando a correção e/ou aprimoramento de políticas, procedimentos e práticas identificadas no âmbito de suas atribuições, sempre que julgado necessário.

As avaliações do Comitê estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Administração, nas apresentações realizadas às Diretorias, nas Áreas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, gerenciamento de capital, controles internos; de análises decorrentes de observações diretas e nas Auditorias interna e independente.

O Comitê, reúne-se ordinariamente e extraordinariamente, sempre que necessário atuando sobre os temas objetos de discussão. As áreas responsáveis apresentam seus temas, que são avaliados, questionados e deliberados pelos membros do Comitê de Auditoria.

As demonstrações financeiras das Instituições que compõem o “Conglomerado”, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram analisadas e aprovadas pelo Comitê de Auditoria, confirmando a qualidade dos saldos das principais contas do balanço patrimonial, bem como das demonstrações de resultados, incluindo notas explicativas e

relatório dos auditores independentes.

Os aspectos relativos à efetividade das estruturas das áreas de Gerenciamento de Riscos e de Controles Internos; foram acompanhados pelo Comitê, as quais apresentaram seus processos, estruturas, atividades realizadas e planejamento de atividades futuras. O Comitê, avaliou e monitorou as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos e realizou reuniões com as áreas gestoras de riscos e de capital.

O Comitê considerou a efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos; pela Auditoria Interna, onde se concluiu que não há falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em situações de risco e que possam afetar a solidez do “Conglomerado”.

O Comitê realizou reuniões periódicas com os auditores independentes com o objetivo de acompanhar o cumprimento do planejamento da auditoria; avaliar os resultados dos principais trabalhos realizados; e, examinar suas conclusões e recomendações. Entre os temas discutidos, destacaram-se: demonstrações contábeis; mudanças regulatórias; provisões; imparidade; transações com partes relacionadas; subsidiárias; parâmetros e resultado atuarial. Sobre todos os aspectos relevantes, as demonstrações financeiras e a posição patrimonial apresentaram-se adequadas para todo o Conglomerado, fundamentando-se na integridade das práticas contábeis adotadas no Brasil decorrentes da legislação societária, das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Em decorrência da Resolução BACEN nº 4.860/20, que dispõe sobre unidades de Ouvidoria para as instituições, foram executados trabalhos específicos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020; o relatório do Diretor Responsável pela Ouvidoria e no que se refere às observâncias das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor foram apresentados e discutidos com o Comitê de Auditoria, não

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** Veja Nota 3f e 7.c das demonstrações financeiras.

#### Principais assuntos de auditoria

Para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como atraso, conjuntura econômica, experiência passada, características das garantias, riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. As premissas utilizadas visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas esperadas associadas ao risco de crédito, atendendo ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução acima referida. O Banco constitui também uma provisão complementar com base em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, para refletir a expectativa de perdas em cenários econômicos. A classificação das operações de crédito em níveis de risco e a determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve premissas e julgamentos do Banco, baseados em seus métodos e modelos internos de classificação de risco e determinação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Devido à relevância das operações de crédito e aos julgamentos relacionados à estimativa da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria. Consideramos a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco

#### d. Divulgação de informações

O demonstrativo de alocação de capital regulamentar é feito de forma consolidada tomando-se como base os dados do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A.. Em conformidade com a regulamentação atual (Basileia III), para 31 de dezembro de 2020 o índice é de 15,56% (14,09% em 31 de dezembro de 2019), conforme apresentado abaixo:

	2020	2019
<b>Índice da Basileia III</b>	<b>2.045.451</b>	<b>1.968.573</b>
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>13.141.351</b>	<b>13.973.408</b>
<b>Ativos ponderados pelo risco (RWA)</b>	<b>12.043.164</b>	<b>12.734.880</b>
<b>Risco de Crédito (RWACPAD)</b>	<b>11.377.429</b>	<b>12.104.877</b>
Privado não bancário	49.222	37.759
Público federal não bancário	616.513	592.244
Privado bancário	11.327.694	12.064.874
<b>Risco Operacional (RWAOPAD)</b>	<b>1.098.187</b>	<b>1.238.528</b>
<b>PR Mínimo para RWA<sup>1</sup></b>	<b>1.051.308</b>	<b>1.117.873</b>
<b>Margem Patrimônio de Referência - sem RBAN</b>	<b>994.143</b>	<b>850.700</b>
<b>IB - Índice da Basileia</b>	<b>15,56%</b>	<b>14,09%</b>
<b>Adicional de Conservação de Capital Principal</b>	<b>164.267</b>	<b>349.335</b>
<b>Margem Patrimônio de Referência - amplo</b>	<b>730.818</b>	<b>761.944</b>

<sup>1</sup> Corresponde à aplicação da alíquota de 8% sobre a rubrica “Ativos ponderados pelo risco (RWA)”.

Por meio da Resolução nº 4.783/20 do BACEN, implantou-se uma nova metodologia de apuração do ACP-Conservação, tendo em vista os reflexos da pandemia da COVID-19: 1,25% sobre o RWA, no período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021; 1,625% sobre o RWA, no período de 1º de abril de 2021 a 30 de setembro de 2021; 2,00% sobre o RWA, no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022; e 2,5% sobre o RWA, a partir de 1º de abril de 2022.

#### e. Concentração dos principais clientes

É realizado mensalmente o gerenciamento da concentração de clientes na carteira do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A. para atendimento à Resolução nº 4.677 de 31 de julho de 2018 do Banco Central do Brasil, conforme apresentado abaixo:

Clientes (posição)	2020		2019	
	Valor presente	Proporção do PR (%)	Valor presente	Proporção do PR (%)
1º	396.995	19,41%	394.780	20,05%
2º	374.837	18,33%	394.577	20,04%
3º	325.909	15,93%	372.655	18,93%
4º	209.143	10,22%	331.696	16,85%
5º	184.623	9,03%	274.164	13,93%
6º	167.822	8,20%	266.090	13,52%
7º	166.099	8,12%	249.375	12,67%
8º	141.814	6,93%	175.423	8,91%
9º	113.362	5,54%	122.971	6,25%
10º	103.470	5,06%	117.161	5,95%

#### f. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital tem por objetivo estabelecer diretrizes que permitam a gestão eficaz do capital do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, de forma a mantê-lo compatível com a natureza das suas operações, com a complexidade dos seus produtos, com a dimensão de sua exposição a riscos e cumprindo os requerimentos do órgão regulador.

O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma a viabilizar os objetivos estratégicos do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, garantindo uma postura prospectiva que antecipe eventual necessidade de capital decorrente de mudanças no cenário de negócios.

#### g. Informações adicionais

Em atendimento a Circular BACEN nº 3.678/13 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital, disponibilizadas no *website*: [www.bancomercedes-benz.com.br](http://www.bancomercedes-benz.com.br) na rota: “o Banco Mercedes-Benz” seguido de “Relacionamento com o Investidor”.

#### 24. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Governo Brasileiro por meio do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital.

Visando assegurar a continuidade dos negócios, preservar a vida e saúde dos clientes, colaboradores, familiares e dos parceiros comerciais, o Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. tomou as seguintes medidas:

- Criação de um Comitê de Crise composto pelos membros estatutários do Banco;
- Seguiu as recomendações da OMS e Ministério da Saúde para combate a pandemia;
- Viabilizou o home office para todos os seus colaboradores próprios e terceirizados sem definição de retorno as instalações do Banco e provendo todo equipamento tecnológico e ergonômico, visando assim manter a alta performance desses, bem como o distanciamento social;
- Aderiu a MP nº 927 e a MP nº 936, que previam principalmente:
- Flexibilização das férias dos colaboradores;
- Teletrabalho; e
- Redução da jornada de trabalho sem prejuízo ao colaborador.
- Seguindo orientações do Banco Central e da Matriz, o Banco implementou política temporária com iniciativas concretas para apoiar seus clientes que sofrem de problemas de liquidez em decorrência da Pandemia. Essas ações resultaram até 31 de dezembro de 2020 em R\$ 6.870.956 em renegociações;
- Visando garantir a demanda de seus clientes e de acordo com a Resolução nº 4.795/20, o Banco captou o montante de R\$ 2.060.000 em Letras Financeiras com o Banco Central do Brasil. Além de R\$ 804.400 na forma de Depósitos a Prazo com Garantia Especial de acordo com a Resolução nº 4.222/12; e
- Conforme Circular Bacen SUP/ADIG nº 11/2020 do BNDES, foi autorizado as instituições financeiras realizar renegociações emergências junto aos seus clientes que possuem operações de FINAME. Essa ação resultou até 31 de dezembro de 2020 em R\$ 2.943.873 em renegociações.

Cabe destacar que o Banco mantém suas atividades operacionais, mesmo com medidas adotadas para contenção da COVID-19, e continua acompanhando e avaliando os impactos identificados desta pandemia em seus resultados, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Financeiras individuais.

#### 25. EVENTO SUBSEQUENTE

A Medida Provisória nº 1.034/21 alterou a Lei nº 7.689/88 e a Lei Complementar nº 105/01 em seu Artigo 1º - Inciso I, majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para Bancos, de 20% para 25% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, retornando a 20% a partir de 1º de janeiro de 2022.

A majoração vai afetar a Contribuição Social corrente no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 e estamos reavaliando o estoque de crédito tributário que se realizará neste período para as empresas retro citadas.

apresentando necessidade de ações adicionais.

O Comitê destaca a atenção especial dada à gestão da crise provocada pela pandemia da COVID-19, principalmente no acompanhamento das principais medidas voltadas a: segurança e bem-estar dos funcionários; continuidade dos negócios; administração dos riscos; liquidez; solvência; concessão e renegociação de dívidas; comunicação com clientes e concessionários; tecnologia e atendimento ao Banco Central do Brasil. A estratégia de digitalização de serviços e operações do “Conglomerado”, iniciada nos últimos anos, e as ações de suporte aos clientes durante o período tiveram um papel decisivo.

O Comitê de Auditoria do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., instituição líder do Conglomerado Prudencial do Banco Mercedes-Benz, ponderadas devidamente suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação e atribuições nas atividades desenvolvidas no período, de procederem ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da administração concluiram que os trabalhos foram adequados e executados com objetividade e obediência às normas e regulamentos relacionadas à independência, e concluem que estas refletem adequadamente as posições patrimonial e financeira do “Conglomerado” para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

#### Comitê de Auditoria

São Paulo, 17 de Março de 2021

Diego Julio Novellino - Presidente e Membro Qualificado do Comitê de Auditoria

Tatiana Yokayama Silva - Membro do Comitê de Auditoria

Marcelo Festucia - Membro do Comitê de Auditoria

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Ao

#### Acionista e Diretores do

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

de crédito como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo, acentuado pelos efeitos da atual conjuntura econômica resultantes da pandemia da Covid-19, envolvido na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de crédito e na determinação da provisão complementar.

#### Como auditoria endereçou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo:

• Avaliamos o desenho e, por amostragem, a efetividade operacional acerca dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como de avaliação dos níveis de risco (“ratings”) dos clientes que suportam a metodologia de classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

• Adicionalmente, avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Banco, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, e informações relacionadas às garantias obtidas, incluindo os métodos internos e premissas utilizadas para o provisionamento. Avaliamos também, as metodologias e premissas utilizadas para a determinação da provisão mínima requerida e a complementar.

• Analisamos, por amostragem, o cálculo aritmético incluído na avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3f e 7c.

• Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas a semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, tomadas em conjunto.

[www.bancomercedes-benz.com.br](http://www.bancomercedes-benz.com.br)

continua

# Banco Mercedes-Benz

## Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

CNPJ nº 60.814.191/0001-57  
Avenida do Café, 277 - Torre A - 6º Andar - Jabaquara  
CEP: 04311-900 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947

☆ continuação

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Banco.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou

incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Banco para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2021



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia  
Contadora - CRC 1SP198502/O-8

[www.bancomercedes-benz.com.br](http://www.bancomercedes-benz.com.br)